

Ensino remoto emergencial na pandemia do COVID-19 e seus impactos na Educação sexual

Emergency remote teaching in the covid-19 pandemic and its impacts on sex education

Gabrielli Grunzweig Goulart

Universidade Estadual do Norte do Paraná, campus Luiz Meneghel
gabrielligoulart.gg@gmail.com

Hederson Aparecido de Almeida

Universidade Estadual do Norte do Paraná, campus Luiz Meneghel
hederson.almeida@uenp.edu.br

Bruna Larissa Ramalho Diniz

Universidade Estadual Paulista
bruna.diniz@unesp.br

Resumo

Por causa da pandemia e consequente adoção do Ensino Remoto Emergencial (ERE), as práticas de Educação Sexual (ES) desenvolvidas por professores de Ciências e Biologia foram prejudicadas ou mesmo impossibilitadas. Neste sentido, o presente estudo investigou como o ERE influenciou as metodologias de ensino dos professores participantes da pesquisa para o trabalho com o tema ES e, em comparação ao ensino presencial, se a participação dos alunos também foi modificada. O estudo é de abordagem qualitativa e o referencial analítico adotado foi a Análise Textual Discursiva (ATD). Dos professores entrevistados, todos indicaram trabalhar a temática como é inserida nos componentes curriculares determinados na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O ERE influenciou negativamente a aplicação da ES, pois inibiu a participação dos alunos no momento mais crítico da pandemia da Covid-19 e influenciou consideravelmente o modelo de aula, passando de interativa e dinâmica para informativa, diferente do encontrado no ensino presencial.

Palavras chave: Sexualidade, Ensino de Ciências, Análise Textual Discursiva, Concepção docente.

Abstract

Because of the pandemic and consequent adoption of Emergency Remote Education (ERE), sexual education practices developed by science and biology teachers were impaired or even disabled. In this sense, the present study investigated how the ERE influenced the teaching methodologies of the teachers participating in the research to work with the theme ES and, in comparison to the classroom teaching, whether the participation of the students was also

modified. The study is qualitative and the analytical reference adopted was Discursive Textual Analysis. Of the teachers interviewed, all indicated working on the theme as it is inserted in the curricular components determined in the National Common Curriculum Base (BNCC). The ERE negatively influenced the application of SSc, because it inhibited the participation of students in the most critical moment of the Pandemic of Covid-19 and considerably influenced the class model, moving from interactive and dynamic to informative, different from that found in face-to-face teaching

Key words: Sexuality, Science Teaching, Discursive Textual Analysis, Teacher Conception.

Introdução

Com as restrições impostas pela pandemia da COVID-19, o Ensino Remoto Emergencial (ERE) foi adotado como um modelo de ensino temporário devido às circunstâncias desta crise sanitária (MOREIRA; SCHLEMMER, 2020). A escola ganhou uma nova configuração, sendo o processo de ensino transferido do espaço físico para o meio digital. Logo, “o ensino remoto emergencial exige que gestores, coordenadores e professores se posicionem e ajam na intenção de adaptar conteúdos curriculares, dinâmicas de sala, até avaliações, visando dar continuidade às aulas” (OLIVEIRA; SILVA; SILVA, 2020, p. 27-28). Assim, os professores enfrentaram vários desafios, entre eles a definição dos recursos que seriam utilizados; os tipos de comunicação, síncrona ou assíncrona; o tempo de cada atividade; a faixa etária dos alunos; a escolha de trabalhar novos conteúdos ou fazer revisões do que foi visto (LUDOVICO; et al., 2020).

A implementação da Educação Sexual (ES) também sofreu consequências por conta do ERE. A ES é fundamental na formação do estudante, tanto no aspecto pessoal como social, e a escola deve contribuir para essa formação (ZOMPERO; et al., 2018). Assim, os conceitos relacionados a ES devem ir além dos relacionados à reprodução humana e fornecer conhecimentos que possibilitem aos educandos desenvolver habilidades e valores éticos para fazer escolhas saudáveis e responsáveis sobre os relacionamentos, o sexo e a reprodução.

A ES é essencial para que o adolescente perceba que dispõe de apoio dos adultos de referência (família, professores ou profissionais de saúde) para trocar informações corretas sobre o assunto e possam ter uma sexualidade saudável e livre de dúvidas e medos. O adolescente ao perceber que sua vida sexual está se iniciando tem a necessidade de desenvolver segurança para uma sexualidade saudável, entretanto, existem fatores que interferem na efetivação de estratégias que garantam o desenvolvimento desta (QUEIROZ; ALMEIDA, 2017).

A família por se relacionar de forma mais íntima com o adolescente, exerce uma função essencial na construção da sexualidade através da passagem de valores e práticas a partir do diálogo, ajudando a consolidar a formação do indivíduo e minimizando as atitudes de risco (LINS et al., 2017). Entretanto, uma parcela significativa dos pais revela apresentar dificuldade em educar seus filhos quanto ao tema sexualidade, devido a insegurança para se comunicarem quanto ao assunto por ser considerado delicado e difícil de ser abordado, ou pela desatenção e aparente falta de interesse dos filhos (TORQUATO, et al., 2017).

Em muitos casos, a responsabilidade é transferida exclusivamente para os

educadores, que discutem o assunto mesmo estando despreparados, ao abordarem apenas o aspectos biológico, desprezando a parte psicossocial e cultural, demonstrando que a temática ainda não é explorada de maneira satisfatória no contexto escolar e encontra-se cercada de mistérios e preconceitos (QUEIROZ; ALMEIDA, 2017) e em relação a isso os adolescentes manifestam interesse em discutir mais do que a prevenção das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's) e gravidez, como a escolha do parceiro e o momento ideal para iniciar as relações sexuais ou como saber a hora certa de viver essa experiência. Dessa forma, é preciso rever práticas de saúde e educação direcionadas a esses adolescentes (QUEIROZ; ALMEIDA, 2017, MACEDO; CONCEIÇÃO, 2015).

Assim, Moreira e Folmer (2015) enfatizam que a ES é necessária na escola, porém, reconhecem que trabalhá-la não tem sido tarefa fácil para os professores. As maiores dificuldades encontradas são a falta de formação específica e o fato de a temática estar envolvida por uma gama de senso comum e preconceitos. Outro motivo que impossibilita a sua inserção na escola, segundo Oliveira et al. (2017), é a falta de legislação que torne o tema obrigatório no contexto escolar, pois atualmente no Brasil os documentos que norteiam as políticas públicas da educação veem silenciando de maneira expressiva os temas orientação sexual e sexualidade (LINS et al., 2017).

Por conta do ERE, a hipótese abordada é que essas problemáticas tenham sido intensificadas durante o período pandêmico, pois houve um maior acompanhamento e participação dos pais e responsáveis durante as aulas, julgando ou interferindo nos conteúdos ministrados. Ademais, a participação do aluno nessas aulas pode ter sido cerceada por conta de preconceitos, questões morais e religiosas ou senso comum, impossibilitando o trabalho com a ES.

Metodologia

A pesquisa é qualitativa segundo sua abordagem, que se caracteriza por compreender um fenômeno em seu ambiente natural, onde ocorrem e do qual faz parte. Para tanto, o investigador é o instrumento principal por captar as informações, interessando-se mais pelo processo do que pelo produto. As informações ou dados coletados podem ser obtidos e analisados de várias maneiras dependendo do objetivo que se deseja atingir (BOGDAN; BIKLEN, 1994). Devido ao período de pandemia da COVID-19, houve a necessidade de mudança na condução das pesquisas científicas. Assim, para este estudo, os meios para contatar os professores participantes foram um formulário do Google Forms, mensagens via WhatsApp e e-mail após a aprovação da pesquisa pelo comitê de ética.

Os participantes selecionados para a pesquisa foram 5 professoras de Ciências e/ou Biologia da rede estadual de ensino de Bandeirantes, Paraná, que responderam a um questionário. Os professores foram convidados via WhatsApp e receberam um link do Google Forms contendo o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) com as informações gerais sobre a pesquisa.

Os nomes das 5 participantes foram omitidos e no lugar foram inseridos nomes fictícios: Ana, Bia, Carina, Daniela e Eduarda. A escolha de professores de Ciências e Biologia se deve em relação aos saberes curriculares de sua formação, pois os temas referentes à ES, como os conteúdos de Anatomia e Fisiologia dos órgãos reprodutores/sexuais que fazem parte da ES estão inseridos em seu currículo (MOREIRA; FOLMER, 2015).

O instrumento de coleta de dados foi um questionário aberto com 6 perguntas presentes no quadro 1, que visavam compreender como foi a formação dos participantes em relação à sexualidade e a ES; se conseguem abordar a ES nas aulas presencial; como se dava a participação dos alunos; como a pandemia afetou a sua prática e as metodologias adotadas, principalmente no tocante à ES; e como o ERE influenciou no interesse, questionamentos e/ou opiniões sobre componentes da ES pelos alunos.

Quadro 1: Questões presentes no questionário aplicado aos professores.

1. Durante sua formação acadêmica a temática educação sexual e sexualidade foi trabalhada e se foi poderia relatar como foi a experiência?
2. Na sua experiência como professor, consegue abordar componentes da Educação sexual em suas aulas? Se houve oportunidades de trabalhar essa temática como era no ensino presencial?
3. Como as mudanças no sistema de ensino durante pandemia influenciaram nas suas práticas de ensino e na aplicação dos conteúdos dos componentes curriculares?
4. Durante a pandemia, a metodologia de ensino sofreu grandes mudanças, a possibilidade de trabalhar componentes que fazem parte da Educação Sexual foi prejudicada ou impossibilitada nas suas aulas devido as mudanças no sistema de ensino? se houve aplicação de conteúdos que fazem parte da Educação Sexual, como se deu essa aplicação e quais componentes trabalhados?
5. Durante sua experiência como professor de conteúdos de ciências ou Biologia ministrando em classes presencial houve interesse e questionamentos por parte de alunos sobre componentes da Educação sexual? se houve qual ou quais as maiores dúvidas ou apontamentos? Como lidou com a situação?
6. Durante pandemia no modelo de ensino remoto, houve a presença de interesse, questionamentos e/ou opiniões sobre componentes da Educação Sexual pelos alunos? se houve qual ou quais as maiores dúvidas ou apontamentos? Como lidou nessa situação?

Fonte: Os autores

A análise dos dados foi realizada por meio da Análise Textual Discursiva (ATD), sendo este um processo que se inicia com a unitarização, na qual os textos são separados em unidades de significado. Após essa etapa inicia-se a categorização, processo de agrupamento das unidades de significado semelhantes, podendo gerar vários níveis de categorias de análise. Por fim, a elaboração de metatextos analíticos irão compor os textos interpretativos através das respostas dos professores sobre suas experiências e assim demonstrar as semelhanças e diferenças durante o ERE sobre a situação do ensino da ES durante a pandemia.

A ATD tem no exercício da escrita seu fundamento enquanto ferramenta mediadora na produção de significados e por isso, em processos recursivos, a análise se desloca do empírico para a abstração teórica, que só pode ser alcançada se o pesquisador fizer um movimento intenso de interpretação e produção de argumentos (MORAES; GALIAZZI, 2006).

Resultados

Esta seção apresenta o percurso analítico desenvolvido com base nas respostas obtidas nos questionários. Em um primeiro momento, foi realizada a leitura minuciosa das respostas, enumerando-as e separando-as em categorias baseadas no aporte teórico escolhido. As categorias formuladas foram: (1) Formação e a prática dos professores sobre o ensino da ES; (2) Influência do ERE sobre a autonomia dos professores; (3) Influência dos tabus e mitos sobre ES no ERE.

Segundo Figueiró (2011), a ES se faz presente na escola, na família e na sociedade em geral. Dessa forma, entende-se que nossa concepção sobre a temática é fruto de tudo o que aprendemos, ouvimos e vivemos nessas instâncias sociais. Assim, a concepção atual dos participantes desta pesquisa acerca da Sexualidade e Educação Sexual, bem como do papel do professor de Ciências e Biologia frente à ES advém das informações e noções sobre a temática que receberam em sua trajetória de vida.

Categoria 1: Formação e a prática dos professores sobre o ensino da ES

Sobre esta categoria, tanto Ana quanto Bia relataram que não tiveram discussão sobre a temática durante a formação inicial. Isto é comum, pois os cursos de formação de professores nas universidades e em outras instituições dificilmente incorporam temas relacionados à sexualidade em suas grades curriculares, que embora sejam bastante complexas, pecam por não dar a ênfase necessária à instrumentalização dos graduandos para as discussões de temas relacionados à sexualidade humana (CARVALHO, 2015).

Entende-se que nem todo o conhecimento necessário à vida docente será adquirido nos poucos anos da graduação. O processo de formação de professores não pode ser caracterizado como uma atividade puramente racional e técnica com início, meio e fim. “É um tipo de fazer que se constitui como domínio da práxis, porque é histórico, incompleto e mutável. Assim, exige de cada educador um aprendizado constante” (FIGUEIRÓ, 2014, p. 102) e um exercício contínuo de reflexão sobre sua prática pedagógica.

Portanto, a universidade tem o dever de mediar discussões, abrir espaços para novas reflexões e para a construção de conhecimentos sobre diversas temáticas, incluindo a Educação Sexual, a fim de preparar os futuros professores para lidarem com as manifestações da sexualidade de seus alunos, visto que elas irão exigir conhecimentos e habilidades específicas e, sobretudo, habilidades para saber aproveitar as oportunidades que surgem, a fim de ensinar, discutir e refletir a partir delas (FIGUEIRÓ, 2013).

Já Carina, Daniela e Eduarda relataram que tiveram acesso a disciplinas nas quais a ES foi trabalhada, tendo sido de grande valia para a sua formação e experiência profissional. Nos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas em que a ES foi abordada de maneira emancipatória, possibilitando uma formação ampla e qualitativamente positiva e humanizadora aos professores, gera-se a oportunidade de conhecer e discutir os aspectos que envolvem a sexualidade, e, conseqüentemente, os professores se sentirão mais seguros e confiantes para exercer seu papel de educador sexual no espaço escolar, mas para isso acontecer o professor precisa conhecer e refletir sobre as várias abordagens da ES para “poder assumir um posicionamento teórico consciente e coerente, evitando, assim, correr o risco de vir a ser apenas um técnico conhecedor de estratégias de ensino e de conteúdos informativos sobre a sexualidade” (FIGUEIRÓ, 2014, p. 98).

Em relação à prática de ensino sobre ES no ensino presencial, os participantes Bia e Eduarda afirmaram trabalhar normalmente e sem problemas, enquanto P3 relatou não conseguir aprofundar as discussões, pois sente a necessidade de separar a turma entre meninos focando as particularidades dos sexos.

Há uma problemática em relação à fala de Carina quando menciona a necessidade de separar a turma em gêneros, pois segundo Furlani (2009, p. 46), não deve existir qualquer segregação de gênero nos conhecimentos apresentados a meninos e meninas, portanto, a prática pedagógica deve acontecer sempre em co-educação, é através da socialização do conhecimento que a escola pode ser, inquestionavelmente, democrática. Considerar que certos assuntos e/ou informações dizem respeito apenas a meninos (ou a meninas) é contribuir para

um modelo de educação parcial e fragmentado que tende a legitimar as desigualdades nas relações de gênero.

Sobre as práticas de ensino, é preciso ressignificar alguns modelos. Sarmiento et al. (2018) inferem que durante o ensino da educação sexual o docente deve trabalhar com a prática do diálogo, sem julgamentos para que os alunos se sintam acolhidos em uma relação de respeito e confiança. No entanto, é necessário que os docentes estejam preparados e seguros para essa abordagem. Para Zerbinati e Bruns (2017), uma formação continuada para docentes em educação sexual possibilitará um ensino dos temas de sexualidade com um viés multidisciplinar e que atenda às necessidades da realidade dos estudantes, além de garantir acesso a um conhecimento seguro, mas para isso ocorrer o professor precisa conhecer e refletir sobre as várias abordagens da ES para “poder assumir um posicionamento teórico consciente e coerente, evitando, assim, correr o risco de vir a ser apenas um técnico conhecedor de estratégias de ensino e de conteúdos informativos sobre a sexualidade” (FIGUEIRÓ, 2014, p. 98).

Categoria 2: Influência do ERE sobre a autonomia dos professores

Houve grandes mudanças nas metodologias adotadas no ERE, principalmente pela organização das aulas e atividades terem sido definidas pela Secretaria da Educação e Esporte (SEED), cabendo aos professores a função da avaliação no tocante à correção das questões aplicadas pela SEED e contabilizando as presenças dos alunos. Por isso, não conseguiram fugir à proposta de conteúdo da instituição, somente acrescentar alguma informação quando disponíveis aulas online via Google Meet.

O estado do Paraná, devido ao isolamento social, deliberou que as aulas no formato presencial fossem cessadas e um novo formato de aula não presencial foi apresentado pela SEED, implantando o ensino remoto em todas as escolas públicas e privadas (CASTRO; ROSSETO, 2020).

Com a urgência das ações de migração das atividades presenciais para o trabalho remoto, as entidades administradoras propuseram ações nem sempre amparadas por uma consulta às comunidades escolares. Este processo, que alterou as rotinas de trabalho dos professores, modificou suas estratégias de ensino, suas ferramentas de comunicação, uso de recursos didáticos e tempo de atividades. A velocidade com que as condições de trabalho dos professores foram alteradas não favoreceu a realização de amplos processos de consulta e planejamento coletivo das ações (CASTRO; ROSSETO, 2020).

A autonomia do professor na construção da apresentação do currículo é fundamental, pois, na dinâmica da sala de aula, ele que deverá tomar decisões autônomas em prol dos seus estudantes, flexibilizando o currículo para atender às necessidades no que diz respeito ao desenvolvimento do educando, mediante processos de aprendizagens que podem tornar o contexto e a realidade mais significativos para tais educandos, e de acordo com suas vivências e experiências. Se estas não existem, o papel do professor configura-se ainda mais importante, pois ele deve criar oportunidades para essas experiências e motivar o interesse para o conhecimento, de modo que este adquira valor (MARQUES, ROLDÃO, 1999).

Categoria 3: Influência dos preconceitos e mitos sobre a ES

Para os professores, no modo online via Google Meet foi possível trabalhar o conteúdo com autonomia, mas as aulas passaram a ser mais expositivas que interativas. Assim, houve mais uso de imagens, vídeos e jogos para demonstrar o conteúdo e atrair a atenção dos alunos. Percebe-se, assim, uma grande diferença do modelo de ensino e também sobre como os

conteúdos passaram a ser ofertados aos alunos. Embora o ERE tenha sido regulamentado pelo MEC, não houve preparo para sua utilização pelos professores e alunos. Todos tiveram que se adaptar rapidamente às aulas remotas (CORDEIRO,2020).

Segundo Costa e Nascimento (2020), a perda da interação presencial e direta entre alunos e professores ressignificou a consciência social tão importante em meio escolar. É preciso levar em consideração que o ensino remoto, foi considerado a melhor saída para continuar as atividades escolares e minimizar o atraso e as dificuldades dos alunos no retorno às aulas presenciais. Entretanto, para que as atividades escolares possam ser significativas e as dificuldades sejam minimizadas, como é esperado, se faz necessário uma grande parceria e colaboração de todos os envolvidos no processo educacional. De acordo com os relatos, sobre a diferença da metodologia ter se tornando predominantemente expositiva e informativa Figueiró (2009, p. 165) nos diz que “o aluno espera muito mais que uma aula informativa e se envolve muito pouco e aprende muito pouco quando a forma de ensinar se restringe a isso”. O ensino da sexualidade não pode limitar-se à aula expositiva, embora, em vários momentos, ela pode fazer-se necessária, pois há conteúdos básicos que requerem explicação teórica por parte do professor. Mesmo assim, é preciso cuidado para que não seja um monólogo, onde apenas ele exponha, mas que consiga desenvolver uma aula expositiva dialogada (FIGUEIRÓ, 2009b, p. 151)

Pelos relatos a ES não é aplicada de forma transversal, mas somente nas séries que é definida como componente do currículo proposto na BNCC. Em relação ao conteúdo trabalhado na ES, todos os professores disseram trabalhar a temática, mas seguindo o currículo programático e os assuntos definidos como a anatomia dos órgãos reprodutores (sexuais), métodos contraceptivos e IST.

Pelos relatos, a educação sexual no ensino presencial é interativa e há participação dos alunos por estarem no ambiente escolar e em contato com os professores. Estes demonstram abertura a trabalhar componentes da educação sexual deixando os alunos mais dispostos a participar através de perguntas e questionamentos.

Mesmo em aulas mais interativas, os conteúdos abordados mantêm uma abordagem voltada às questões biológicas, ainda que seja inegável a importância dos aspectos biológicos no trato das questões relacionadas à ES. Essas evidências corroboram com o fato de que presente os professores de Ciências e Biologia são responsabilizados pela abordagem da sexualidade na escola, o que limita, na maioria das vezes, as discussões à Anatomia e Fisiologia dos sistemas reprodutores, IST e gravidez precoce, já que esses profissionais, devido a possível formação limitada referente aos assuntos relacionados à sexualidade, não conhecem outra forma de trabalhar o tema em sala de aula.

Segundo Figueiró (2014), o ensino escolar brasileiro é marcado por uma visão médico-biologista e normativo-institucional da sexualidade, o que dificulta a aceitação da Educação Sexual como parte da educação global do indivíduo. Esse caráter normativo e biologizante da ES é objeto de críticas de muitos autores no campo das políticas educacionais, que afirmam que essa anato-funcionalidade do corpo, da reprodução e do sexo irá excluir os aspectos subjetivos, identitários e étnicos da construção da sexualidade (CARVALHO, 2015).

A ES formal, ou seja, aquela realizada na escola, “que exige planejamento prévio, pode-se recorrer a várias estratégias de ensino” (FIGUEIRÓ, 2006, p. 7), devendo estar ancorada nos princípios a seguir

Educar sexualmente é muito mais que ensinar os conteúdos de biologia e fisiologia da sexualidade; Educar sexualmente é criar oportunidades para o aluno expressar seus sentimentos, angústias e dúvidas, refletir sobre suas atitudes e rever preconceitos; Para educar sexualmente é preciso saber ouvir; O aluno deve ser visto como sujeito ativo no processo ensino- aprendizagem e deve ter muito espaço para falar e ouvir seus colegas; O professor deve ser a pessoa que cria as condições para o aluno aprender, ao invés de ser um simples transmissor de conhecimentos (FIGUEIRÓ, 2006, p.7).

Esses princípios norteiam a construção efetiva do conhecimento dos alunos sobre sexualidade, onde eles deixam de ser espectadores passivos de informações sobre o tema, e passam a ser sujeitos ativos, reflexivos e críticos a respeito da própria sexualidade e da maneira como ela é manifesta na sociedade da qual eles fazem parte.

Assim, cabe ressaltar que para um ensino de ciências interdisciplinar não podemos permanecer com uma educação sexual restrita apenas às questões biológicas, mas uma educação sexual que possa além das temáticas preventivas como saúde sexual e reprodutiva, promover discussões que incluam os relacionamentos sociais, a cidadania e os direitos humanos, incluindo o respeito à diversidade sexual.

Conforme Franco et al. (2018) o tema sexualidade ainda é considerado como tabu nas escolas, tornando-se um desafio para os docentes. Ao considerar este desafio, Moreira e Folmer (2015) ressaltam que para uma abordagem de temas como sexualidade e educação sexual no contexto escolar, o docente precisa ter conhecimento.

A proposta para a Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica apresenta como um dos seus focos o domínio dos conhecimentos previstos na BNCC e o domínio do conteúdo a ser ensinado (BRASIL, 2018). Logo, inferimos que a formação de professores para educação sexual, embora não esteja explícito na versão preliminar da proposta do MEC, estará alinhada com os objetos de conhecimento: Mecanismo reprodutivo e Sexualidade preconizado pela BNCC para o 8º ano na disciplina de ciências, o indicando uma proposta de formação docente limitada e que não leva em consideração o contexto cultural e o cotidiano dos estudantes.

É essencial sensibilizar o poder público e a sociedade para os benefícios da educação sexual na vida das crianças, adolescentes e jovens nos aspectos biopsicossociais. Logo, é imprescindível que mais pesquisas sejam realizadas, pois a pesquisa educacional pode dar expressivas contribuições para melhor conhecer uma realidade envolta e também para identificar e avaliar boas políticas e práticas (MONTEIRO; RIBEIRO, 2019).

As professoras relatam a diferença na participação dos alunos no ensino presencial para o ERE, pois as aulas passaram a ser majoritariamente expositiva com pouca participação dos alunos, principalmente por não habilitarem imagem e áudio, gerando falta de interação. Duas possíveis explicações é o constrangimento por estarem perto de familiares durante a aula e também a dificuldade de realizar perguntas de forma anônima na aula online.

A presença de familiares durante as aulas de ES pode ser o motivo da inibição por parte do aluno se expor. Muitos pais, mães e responsáveis sentem-se tímidos e incomodados em tratar do assunto e, conseqüentemente, optam pela omissão de informações e por atitudes repressoras para tentar conter as dúvidas e ansiedades dos filhos acerca da sexualidade, reproduzindo os mesmos valores que lhes foram impostos ou oportunizados por outra geração, perpetuando, talvez, uma “deseducação” sexual (GONÇALVES, et al., 2013).

É importante entender que a ES não significa a exploração apenas de conceitos e exemplos sobre sexo ou desejos sexuais. Quando se fala em educar sexualmente, pressupõe-se falar de intimidade, de relações afetivas, emoção, sentimento, prazer e bem estar. Falar de sexualidade com os filhos é, portanto, conhecer seus sentimentos, medos, crenças e experiências. É aproximar-se deles (MOISÉS; BUENO, 2010).

A baixa participação dos alunos deve-se à vergonha em falar sobre a temática com familiares, gerando até mais curiosidade nas aulas. Se fosse trabalhada no ensino presencial, provavelmente a participação seria maior do que durante a aula no ERE, pois a presença dos familiares provoca inibições e constrangimentos.

Muitas das concepções que os indivíduos apresentam sobre a sexualidade são resultado da forma como o tema é tratado no ambiente familiar. Assim que a ES é vista como uma parte importante do processo global de educação dentro do ambiente familiar, ela desencadeará atitudes referentes à maneira de viver a sexualidade, que será positiva ou negativa, dependendo da forma como o assunto foi discutido, ou não, na instância familiar, que é considerada o primeiro lugar de aprendizagem (BRAGA, 2002).

A visão que ainda prevalece na sociedade sobre a sexualidade envolve preconceitos enraizados em uma moral sexual patriarcal, ou seja, aquela que cada família recebeu de seus antepassados e passou para seus filhos, sendo que esta é, quase sempre, repressiva, dogmática, pecaminosa e vergonhosa. Assim, conforme Bonfim (2012), acreditamos que para melhorar o quadro da ES, se faz necessária a reeducação de todos, incluindo pais, professores e a sociedade.

Considerações finais

Notou-se que a abordagem biológica é uma tendência na prática dos professores de Ciências. No entanto, na educação para a sexualidade, ensinar o funcionamento do aparelho reprodutor é necessário, mas não suficiente, pois a sexualidade humana tem, entre outras, três relevantes dimensões: a biológica, a psicológica e a social.

Os professores apontaram grandes dificuldades em relação às metodologias de ensino no ERE, como a ausência de interação com os alunos e adequar as aulas às novas tecnologias para trabalhar com o conteúdo. Como ponto positivo, mesmo os professores que não tiveram formação acadêmica sobre educação sexual, conseguem trabalhar essa temática, principalmente no ensino presencial, pois há interação dos alunos quando administrado a ES.

Com relação à participação dos alunos no ERE, houve uma redução e o pouco de ES trabalhada foi prejudicado, uma causa da baixa participação foi a presença de familiares durante as aulas quando o tema era abordado, o que constrangia ou diminuía a interação dos alunos com os professores, mesmo estes demonstrando abertura ao sanar quaisquer dúvidas. Isso interfere na metodologia dos professores que passam ministrar aulas somente informativas, sem interação e dinâmica. Tal fato impede que o aluno receba subsídios para construir sua própria consciência sexual com base no senso crítico.

Outro problema enfrentado pelos professores durante o ERE foi a falta de autonomia para planejar as aulas devido à implementação da aula Paraná e o planejamento imposto pela SEED, assim para a realização de um trabalho efetivo de Educação Sexual faz-se necessária uma ampla discussão em torno da sexualidade, buscando eliminar preconceitos em todas as

esferas que estão inseridas na construção psicológica e social dos alunos, principalmente para os familiares.

Mesmo com todas as dificuldades com o ERE, esse modelo de ensino trouxe uma nova visão das problemáticas acerca da educação sexual, como a influência da família sobre os alunos em relação ao acesso às informações sobre sexualidade. Além disso, reafirma a importância da escola ao desmistificar ideias erradas sobre o tema e romper com tabus e preconceitos.

Referências

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto editora, 1994.

BONFIM, Cláudia. **Desnudando a educação sexual**. Campinas, SP: Papiros, 2012.

BRAGA, Eliane Rose Maio. **Sexualidade infantil: uma investigação acerca da concepção das educadoras de uma creche universitária sobre educação sexual**. 2002.

CARVALHO, Fabiana Aparecida. Educação para a sexualidade: O que pensam os alunos licenciandos em Ciências Biológicas? In: Simpósio Internacional de Educação Sexual, 4. 2015, Maringá, PR. **Anais eletrônicos**.

CASTRO, Solange; ROSSETTO, Elisabeth. Educação em Tempo de Pandemia e a desigualdade social: Considerações do ensino remoto no Estado do Paraná. **Educação & Linguagem**, v. 24, n. 1, p. 69-90.

CORDEIRO, Karolina Maria de Araújo. **O Impacto da Pandemia na Educação: A Utilização da Tecnologia como Ferramenta de Ensino**. 2020. disponível em: <http://repositorio.idaam.edu.br/jspui/handle/prefix/1157>

COSTA, Antonia Erica Rodrigues; NASCIMENTO, Antonio Wesley Rodrigues. Os desafios do ensino remoto em tempos de pandemia no Brasil. In: **VII Congresso Nacional de Educação–Conedu**. 2020.

GONÇALVES, Randys Caldeira; FALEIRO, José Henrique; MALAFAIA, Guilherme. Educação sexual no contexto familiar e escolar: impasses e desafios. **Holos**, v. 5, p. 251-263, 2013.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Educação Sexual e Política de Leturização: uma junção promissora. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 76, n. 184, 1995.

FIGUEIRÓ, Maria Neide Damico. Educação Sexual: Como Ensinar No Espaço Da Escola Educação Sexual: Como Ensinar no Ambiente Escolar. **Revista Linhas**, v. 7, n. 1, p.1-21, 2006.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. A educação sexual presente nos relacionamentos cotidianos. **Educação Sexual: em busca de mudanças**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, p. 63-104, 2009.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Sexualidade e afetividade: implicações no processo de formação do educando. **Educação sexual: em busca de mudanças**, p. 187-208, 2009.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação Sexual: retomando uma proposta, um desafio**. 3 ed. rev. at. Londrina: EDUEL, 2011.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação Sexual no dia a dia**. Londrina: EDUEL, 2013.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Formação de educadores sexuais: adiar não é mais possível.** 2ª ed. rev. ampl. Londrina: EDUEL, 2014.

FRANCO, Aléxia Pádua; SILVA JÚNIOR, Astrogildo Fernandes da; GUIMARÃES, Selva. Saberes históricos prescritos na BNCC para o ensino fundamental: tensões e concessões. **Ensino Em Re-Vista**, v. 25, n. 4, p. 1016-1035, 2018.

FURLANI, Jimena. **Encarar o desafio da educação sexual na escola.** Paraná. Secretaria de Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidade. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. Sexualidade. Curitiba, p. 37-49, 2009.

LINS, Laís Sandres et al. Análise do comportamento sexual de adolescentes. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 30, n. 1, 2017.

LUDOVICO, Francieli Motter et al. COVID-19: desafios dos docentes na linha de frente da educação. **Interfaces Científicas.** Aracaju, v.10, n.1, p. 58-74, 2020.

MACEDO, Etienne Oliveira Silva; CONCEIÇÃO, Maria Inês Gandolfo. Significados sobre Adolescência e Saúde entre Participantes de um Grupo Educacional de Adolescentes. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 35, não. 4, pág. 1059-1073, 2015.

MARQUES, Ramiro; DO CÉU ROLDÃO, Maria. **Reorganização e gestão curricular no Ensino Básico: Reflexão participada.** 1999.

MOIZÉS, Julieta Seixas; BUENO, Sonia Maria Villela. Compreensão sobre sexualidade e sexo nas escolas segundo professores do ensino fundamental. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 44, p.205-212, 2010.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação** (Bauru), v. 12, n. 1, p. 117-128, 2006.

MOREIRA, Betina Loitzenbauer da Rocha; FOLMER, Vanderlei. Percepções de professores de ciências e educação física acerca da educação sexual na escola. **Experiências em Ensino de Ciências**, v. 10, n. 3, p. 18-30, 2015.

MOREIRA, J. António; SCHLEMMER, Eliane. Por um novo conceito e paradigma de educação digital onlife. **Revista uFG**, v. 20, n. 26, p. 1- 35, 2020.

MONTEIRO, Solange Aparecida de Souza; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Linguagem, comunicação e educação sexual integradas aos direitos humanos e à cidadania na escola. **Revista de Educação da Universidade Federal do Vale do São Francisco**, v. 8, n. 17, p.1-20, 2018..

OLIVEIRA, Márcia de Freitas et al. Curso de formação de professores (as) por meio do programa educação sexual em debate na Rádio UDESC FM 100.1 Florianópolis: algumas reflexões sobre os caminhos percorridos. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**,v. 12, n. 2, p. 1130-1141, 2017.

OLIVEIRA, Sidmar da Silva; SILVA, Obdália Santana Ferraz; SILVA, Marcos José de Oliveira. Educar na incerteza e na urgência: implicações do ensino remoto ao fazer docente e a reinvenção da sala de aula. **Interfaces Científicas.** Aracaju, v.10, n.1, p. 25-40, 2020.

QUEIROZ, Vanessa dos Reis; ALMEIDA, Janie Maria. Sexualidade na adolescência: potencialidades e dificuldades dos professores de ensino médio de uma escola estadual de Sorocaba. **Revista da Faculdade de Ciências Médicas de Sorocaba**, v. 19, n. 4, p. 209-214, 2017.



**XIV
ENPEC**

Caldas Novas - Goiás

SARMENTO, Sued Sheila et al. Estratégias metodológicas nas abordagens sobre IST no ensino fundamental. **Revista de Educação da Universidade Federal do Vale do São Francisco**, v. 8, n. 17, p.83- 99, 2018.

TORQUATO, Bianca Gonçalves Silva et al. O saber sexual na adolescência. **Revista Ciência em Extensão**, v. 13, n. 3, p. 54-63, 2017.

ZERBINATI, João Paulo; DE TOLEDO BRUNS, Maria Alves. Sexualidade e Educação: revisão sistemática da literatura científica nacional. **Travessias**, v. 11, n. 1, p. 76-92, 2017.

ZOMPERO, Andreia Freitas et al. A temática sexualidade nas propostas curriculares no Brasil. **Revista Ciências & Ideias** ISSN: 2176- 1477, v. 9, n. 1, p. 101-114, 2018.

